

Os contrastes da educação brasileira

No Sul, a taxa de analfabetismo chega perto do do Primeiro Mundo; no Nordeste está mais próxima da África

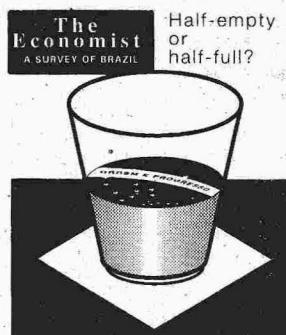
por Stephen Hugh-Jones
da The Economist (*)

Cenário: uma pequena escola rural em Pernambuco. O professor escreve com giz em um velho quadro-negro. As crianças, de idades variadas, copiam cuidadosamente. O quê? A história, insiste o funcionário da Unicef que conta o caso, do antigo Egito. São crianças, acrescenta, que podem não saber nem onde fica Recife, ou de onde vem a eletricidade.

Mas, pelo menos, aqui há um professor e uma escola com crianças que sabem ler e escrever. Pelos seus padrões locais, essas crianças não são carentes; são as que têm sorte. As estatísticas são arrepiantes. A escola, por lei, é compulsória e gratuita, dos 7 aos 14 anos. Nos estados ricos, pelo menos 95% das crianças se matriculam, no início; nos pobres, de 65 a 80%. No segundo ano, um quarto delas deixa a escola; algumas para ajudar a família a ganhar seu pão, outras porque os pais acham — e freqüentemente têm razão — que a escola disponível é inútil.

No total, de acordo com estatísticas do final dos anos 80, 55% das crianças matriculadas no primeiro ano não passam do quarto, e apenas 22% chegam à oitava série, a maioria das quais tendo de repetir um ou dois anos para chegar até ali. Será que as coisas melhoraram, desde então? Tomemos algumas estatísticas de 1991 sobre o analfabetismo, como guia.

Em todo o Brasil, a taxa de analfabetismo na população de 11 a 14 anos era de 16%. Entre os que tinham 15 anos ou mais, a taxa era de 20%. Em suma, os adolescentes não estavam muito melhor do que os adultos que estudaram uma ou duas décadas



(PIB), equivalente à porcentagem da Coréia do Sul. Entretanto, não só muito do que o Estado dá morre na burocracia, mas também muitos recursos são mal empregados.

A educação superior é gratuita, para alguns; o sistema público absorve 40% dos 430 mil estudantes matriculados a cada ano; 60% vão para faculdades particulares, poucas delas tão boas quanto suas rivais do Estado. A maioria não é de boa qualidade (e dois terços de seus estudantes as abandonam).

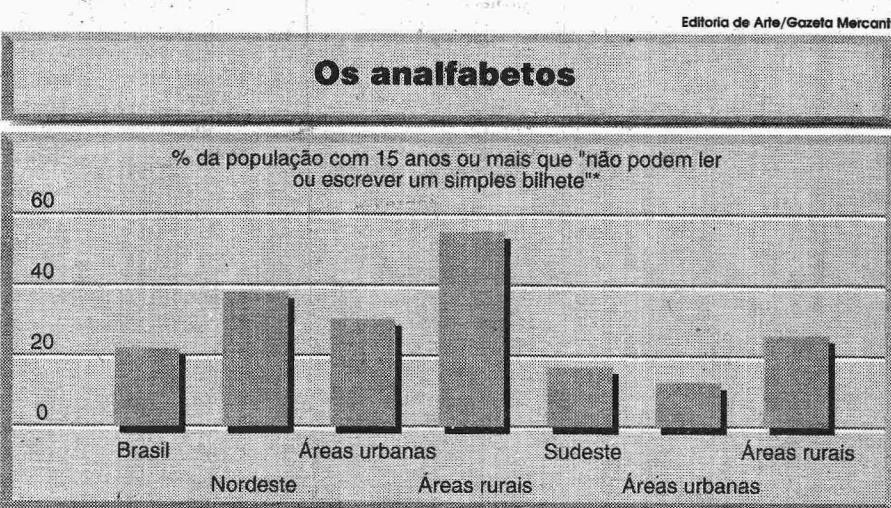
Competitivos exames de admissão (vestibulares) decidem quem poderá ter uma educação boa e gratuita. Os melhores colocados são aqueles cujos pais tiveram

O fosso entre os melhores e os piores é grande

antes. Nas áreas rurais mais pobres, praticamente nada mudou. Esse lento avanço pode ter ganho velocidade: de acordo com uma estimativa, hoje, 33% das crianças chegam à oitava série.

O fosso entre os melhores e os piores é grande: como ocorre freqüentemente no Brasil, as médias permitem amplas variações. Com uma taxa de 10% de analfabetismo entre os adultos, 3% desse total na faixa de 11 a 14 anos, o Sul do País chega perto do Primeiro Mundo; as áreas rurais no Nordeste estão mais próximas da África. Seus professores também são pobres. Na cidade de São Paulo, um jovem professor ganha de R\$ 400 a R\$ 500, não mais do que um motorista de ônibus. Muitos professores rurais ganham a quarta parte desse valor. Não é difícil imaginar que ele — freqüentemente é ela — dê aulas também “pobres”. Em um Estado predominantemente rural, um quinto dos professores do primário não terminou seu próprio primeiro grau.

Nessas áreas, mesmo as crianças afortunadas e capazes podem ter outra dificuldade: nenhuma escola secundária, ou, quando há, sem vagas. O problema não é escassez geral de recursos: a educação consome 3,7% do Produto Interno Bruto



Fonte: IBGE, Censo de 1991. * Redação própria

genharia ou medicina. Mas há boa dose de verdade nas palavras daquele pai.

A boa notícia é que a qualidade da educação foi reconhecida como um problema a ser tratado. Os sindicatos devem lançar uma campanha sobre o assunto. Para que os empresários, mesmo em interesse próprio, aceitem futuros empregados à procura de trabalho que possam pensar, e não somente fazer. Mas os motivos e entusiasmos empresariais são, freqüentemente, mais nobres do que isso. Diga “educação” e a resposta será vívida: “A chave para tudo”, diz um financista. “A bagunça que foi feita com isso (a educação)…”, lamenta um industrial; e ela ocorreu muito antes que tanto um quanto outro escolhesse seu próprio campo profissional.

Imagine isso em Londres. Antes das eleições, a Fundação Odebrecht, financiada pelo grupo empresarial do mesmo nome, pagou vários anúncios na televisão e na imprensa chamando a atenção para uma educação de qualidade, e pediu que os eleitores votassem de acor-

do com essa ideia.

O presidente Fernando Henrique fez da educação um de seus temas principais, e escolheu um de seus melhores ministros, Paulo Renato de Souza para cuidar da área. Só isso é pouco: como diz o industrial, “já ouvimos retórica antes”. Mas, desta vez, acredita, a retórica é real. Em Brasília, o funcionário da Unicef relata uma “atitude bem diferente” por parte do ministério que encontrou no passado.

Não quer dizer que o governo federal seja o patrão. Os estados e os municípios administraram a maior parte do sistema de ensino público, do primário à universidade. O governo central fornece-lhes algum dinheiro, e espera, futuramente, assegurar-se de que ele seja melhor empregado, tanto quanto o seu próprio, que beneficia principalmente as universidades. O governo estabelecerá critérios de ação com as esferas administrativas mais baixas, na ajuda ao treinamento de professores e na melhoria do material de ensino.

Estados e municípios administram a maior parte do ensino público

nem todos ficaram onde estavam.

Entretanto, um novo zelo para com a educação entre a elite nada significará, a não ser que seja compartilhado pelos pais comuns. A elite gosta de dizer que a educação não é um dos valores brasileiros, à exceção, talvez — e uma grande exceção — dos descendentes de europeus, japoneses e libaneses do sul. Entre os pobres, principalmente os pobres rurais, isso é amplamente verdade. Mas em Fortaleza, que não é nenhuma Cambridge do Nordeste, um sociólogo ajuda um motorista na tarefa. Ele diz: oferecer o tipo de escola que os pais acham válida, com bom ensino, em escolas decentes, significa envolver os pais nas escolas, como, notadamente, tentou-se em Minas Gerais — e, com isso, os brasileiros darão tanto valor à educação quanto qualquer um.

Estaria ele certo? O governo federal administra uma rede de escolas com 150 mil alunos. Ele espera multiplicar esse total em novas escolas nos estados. Os alunos aparecerão? Com duzentas vagas por ano, a Escola Técnica Federal de Fortaleza recebe 3 mil candidatos.

Paulo Renato de Souza tem uma mesa cheia com essas reformas. Porém, a mais importante pode estar em sua própria cabeça. Por quanto tempo ele espera estar em seu posto? Afinal de contas, ele estava muito cotado para o Ministério da Economia ou Planejamento. Quatro anos, responde: todo o mandato presidencial. Pode ser. A entrada do seu ministério é decorada com retratos de seus predecessores desde 1932 — cerca de 40, e

cola. Não será fácil. Em uma cidade no Paraná, que contratou serviços privados para administrar tais escolas, o sistema acabou em confusão.

Com relação ao financiamento privado, as empresas já pagam 2,5% em impostos de educação que vão, via Brasília, para os estados e municípios. Uma ou duas empresas administraram as próprias escolas. A Azaléia, grande fabricante de sapatos no extremo-sul, investe 2,5% de seu faturamento e recupera muito mais, ela reconhece, em melhor qualidade de trabalho e trabalhadores mais preparados (ver matéria na página 3). Um grande banco, o Bradesco, administra mais de vinte escolas (ver matéria na página 2). O governo do Estado do Paraná espera atrair mais investimento privado para a

O vigor do setor privado mostra novas evidências

manutenção de escolas, com a promessa de oferecer fundos iguais aos investimentos locais.

Não haverá milagres na educação brasileira. Entretanto, algumas comunidades não apenas diminuíram, como também eliminaram o analfabetismo. Pelo menos, a prioridade é reconhecida e, finalmente, mesmo os céticos podem razoavelmente esperar que o reconhecimento leve à ação.

(*) Este é o nono artigo do “survey” da revista The Economist sobre o Brasil. Os outros artigos foram publicados nas edições dos dias 2, 3, 4, 5, 8, 10, 12 e 15 de maio.